

A RELAÇÃO ENTRE A FORMA DE PROVIMENTO AO CARGO DE GESTOR ESCOLAR E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NA ESCOLA DO INSTITUTO MÉDIO POLITÉCNICO DE BENGUELA, NOSSA SENHORA DA GRAÇA NO MUNICÍPIO DE BENGUELA/ANGOLA

LA RELACIÓN ENTRE LA FORMA DE PROMOCIÓN AL CARGO DE DIRECTOR ESCOLAR Y EL PROCESO DE DEMOCRATIZACIÓN EN LA ESCUELA DEL INSTITUTO POLITÉCNICO MEDIO DE BENGUELA, NOSSA Senhora DA GRAÇA DEL MUNICIPIO DE BENGUELA/ANGOLA

Domingos Mateus José João da Silva¹

Resumo Busca-se, nesta pesquisa, responder o seguinte Problema: Qual é a relação entre a forma de provimento ao cargo de gestor escolar e o processo de democratização na escola do Instituto Médio Politécnico de Benguela, Nossa Senhora da Graça no Município de Benguela/Angola? Objetivo Geral Analisar a relação entre a forma de provimento ao cargo de gestor escolar e o processo de democratização na Escola do Instituto Médio Politécnico de Benguela. A pesquisa é descritiva com base em estudo de campo com enfoque quantitativo e modelo não experimental. A mostra é constituída por 58 sujeitos sendo 46 professores e 12 funcionários administrativos. A técnica utilizada para a coleta de dados foi o questionário fechado e de múltipla escolha aplicados aos dois segmentos da escola. Referir que a atuação do diretor, suas atribuições e seu vínculo com a escola se alteram, dependendo da forma como ele foi escolhido e conforme o tipo de gestão que é implementado no sistema escolar. A forma de provimento ao cargo de diretor, a democratização da escola, evidenciam fragilidades. A inexistência da autonomia e do Projeto Político Pedagógico na escola exige revisão nas políticas educacionais do país de acordo ao novo parâmetro de gestão da escola pública. Parte dos entraves que dificultam o exercício da gestão democrática e a participação dos servidores da escola é atribuída a centralização do poder por parte do Ministério e a Direção Provincial da Educação que decidem em nome da comunidade local.

¹Doctorado en Ciencias de la Educación - Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación - Universidad Autónoma de Asunción
E-mail: domingosdasilva10@yahoo.com.br

Palavras chave: : Gestão escolar, forma de provimento, processo de democratização.

Resumen: *El objetivo de esta investigación es responder al siguiente Problema: ¿Cuál es la relación entre la forma de provisión al cargo de director escolar y el proceso de democratización en la escuela del Instituto Politécnico de Benguela, Nossa Senhora da Graça en el Municipio de Benguela? /Angola? Objetivo General Analizar la relación entre la forma de ocupar el cargo de director escolar y el proceso de democratización en la Escuela del Instituto Politécnico de Benguela. La investigación es descriptiva basada en un estudio de campo con enfoque cuantitativo y un modelo no experimental. La muestra está compuesta por 58 sujetos, de los cuales 46 son docentes y 12 administrativos. La técnica utilizada para la recolección de datos fue el cuestionario cerrado y de opción múltiple aplicado a ambos segmentos de la escuela. Cabe señalar que el rol del director, sus atribuciones y su vinculación con la escuela cambian, según sea elegido y según el tipo de gestión que se implemente en el sistema escolar. La forma de proveer el cargo de director, la democratización de la escuela, muestran debilidades. La falta de autonomía y el Proyecto Político Pedagógico en la escuela exige una revisión de las políticas educativas del país de acuerdo con el nuevo parámetro de gestión de la escuela pública. Parte de los obstáculos que dificultan el ejercicio de la gestión democrática y la participación de los empleados escolares se atribuye a la centralización del poder por parte del Ministerio y la Dirección Provincial de Educación, que deciden en nombre de la comunidad local.*

Palabras Claves: *Gestión escolar, forma de provisión, proceso de democratización.*

INTRODUÇÃO

As discussões acerca das modalidades de escolha de dirigentes escolares vêm adquirindo papel significativo nos estudos realizados pelos pesquisadores interessados na democratização da educação e da escola. Entre esses estudos, situam-se aquelas abordagens que indicam que a modalidade de escolha influencia no processo de democratização da gestão escolar.

Analisar a forma de escolha dos dirigentes da escola pública implica necessariamente refletir sobre as políticas da educação. Escolher o dirigente escolar

é também definir o tipo de gestão que se deseja para essa escola.

Refletir sobre a gestão democrática da escola, especialmente sobre a escolha e atuação do dirigente escolar, a partir das representações dos professores e dos demais sujeitos com ela envolvidos, poderá contribuir para a superação de conflitos que se constroem, tendo em vista o aperfeiçoamento do trabalho e das relações no interior da instituição, melhorando especialmente a qualidade do ensino.

A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica, portanto, o aprendizado e a vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão. Trata-se de processo a ser construído coletivamente, pois o sistema de ensino deve considerar a realidade de cada província município, de cada escola e dos que nela trabalham, estudam, compartilham ações, atividades e momentos culturais e políticos.

Neste sentido delineou-se esta pesquisa caracterizada como um estudo de campo de tipo descritivo com o seguinte.

Problema central

Qual é a relação entre a forma de provimento ao cargo de gestor escolar e o processo de democratização na escola do Instituto Médio Politécnico de Benguela, Nossa Senhora da Graça no Município de Benguela/Angola?

Objetivo Geral

Analisar a relação entre a forma de provimento ao cargo de gestor escolar e o processo de democratização na Escola do Instituto Médio Politécnico de Benguela, Nossa Senhora da Graça no município de Benguela/Angola.

Objetivos Específicos

- Identificar a relação entre a forma de provimento ao cargo de gestor escolar e o processo de democratização na Escola do Instituto Médio Politécnico de Benguela, Nossa Senhora da Graça no município de Benguela/Angola.
- Perceber dos professores e funcionários administrativos o conhecimento

dos instrumentos legais que regem a forma de provimento e o perfil para exercer o cargo de gestor e o processo de democratização na Escola.

- Constatar na opinião dos professores e funcionários administrativos o grau da sua participação nos diferentes espaços de decisão na escola em que atuam.
- Constatar a percepção dos professores e funcionários administrativos sobre a relação entre a forma de provimento ao cargo de gestor escolar e o processo de democratização na Escola do I M P de Benguela.

Hipótese

Existe uma relação direta entre a forma de provimento ao cargo de gestor escolar e o processo de democratização na Escola do Instituto Médio Politécnico de Benguela, N^a Sr^a da Graça no município de Benguela/Angola.

Justificativa e Relevância da Pesquisa

Considerando a forma de escolha para o cargo de diretor estabelecido no Regulamento das Escolas do I e II Ciclos do Ensino Secundário Geral do Ministério da Educação, este trabalho suscita novo debate, abordando temas candentes, cujas reflexões encontram-se distantes de se esgotarem. O presente trabalho se apresenta para aprofundar estudos e discussões que possibilitem a compreensão mais clara a respeito dos fundamentos que sustentam os mecanismos e operação das políticas educacionais, no que se refere a relação entre a forma de provimento ao cargo de gestor e o processo de democratização na Escola do Instituto Médio Politécnico de Benguela, N^a Sr^a da Graça no município de Benguela/Angola.

Acredita-se que os resultados consignados neste trabalho científico serão úteis à sociedade e aos seus representantes políticos, como princípio para identificar deficiências, reorientar trajetórias, estimular a criatividade e maximizar as potencialidades e habilidades enfraquecidas nos profissionais da educação. Pretende-se de forma prática oferecer algumas referências para a reflexão sobre as práticas nas organizações de sistemas de ensino e das escolas, em relação a esses aspetos, de modo a encaminhar ações para melhoria dessas práticas, à luz dos conceitos apresentados e examinados.

1. A democratização da escola: um caminho a percorrer

É fundamental garantir, no processo de democratização, a construção coletiva do projeto pedagógico, a consolidação dos conselhos escolares e grêmios estudantis, entre outros mecanismos.

Dourado; Oliveira; Santos e Moraes (2003, p. 20) afirmam que, a participação, só “será efetiva, se os agentes que compõem a comunidade conhecerem as leis que a regem”, as políticas governamentais propostas para a educação, as concepções que norteiam essas políticas e, sobretudo, se “estiveram engajados na defesa de uma escola democrática” que tenha, dentre seus objetivos, a “construção de projeto de transformação” do sistema autoritário vigente.

Sintetiza-se a escolha do diretor em três categorias. “À livre nomeação” por autoridade do Estado; A escolha a partir de um “concurso” de títulos ou de provas, e o “processo eletivo”.

A eleição é defendida pelo fundamento democrático. Zobot (1984, p. 89) apud Paro (2003, p. 26) considera esta como “a mais democrática e, sem sombra de dúvidas, a melhor, mais oportuna e mais viável opção se compararmos com as citadas anteriormente”.

Padilha, apud Bezerra (2009 pp. 59-70), refere que é importante observar que a “atuação do diretor, suas atribuições e seu vínculo com a escola se alteram, dependendo da forma como ele foi escolhido e conforme o tipo de gestão que é implementado no sistema escolar”.

1.1. Os mecanismos de participação nos diferentes espaços de decisão e sua responsabilização

Se escola e seus objetivos pertencerem ao(à) diretor(a), ao governo, não há por que os professores, os funcionários, os agentes da comunidade se sintam comprometidos com ela. A participação proporciona maior conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e das relações da escola com a comunidade.

Lück; Freitas; Girling e Keith (2011, p.62) esclarecem que em um estudo,

realizado por Flannery, concluiu que a satisfação dos professores com o seu trabalho estava “positiva e significativamente” relacionada com a sua participação no processo de decisão escolar.

1.1.1. Projeto político pedagógico

A escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos.

Para Neves (2010 p. 110) o projeto político-pedagógico “é um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados”.

Quando a resposta de um problema é fruto de uma escolha coletiva, torna mais “rica de fundamento e de conteúdo”, porque foi examinada, discutida, bem como “é assumida e decidida” por todos.

Lück; Freitas; Girling e Keith (2011, p. 62) referem que estudo realizado por Chase, verificou que os professores que tinham a oportunidade de participar de forma “regular e ativamente” na definição de políticas da escola estavam muito mais predispostos a demonstrar entusiasmo e apoio aos sistemas de ensino do que aqueles com oportunidades limitadas de participação

Para Martins (2009, p. 51), a “autonomia das escolas” tem por objetivo alcançar o autogoverno, a autonomia financeira, orçamental e administrativa. Terá de ser construída, mais do que decretada e deverá contornar o défice de organização territorial descentralizada

1.1.2. O diretor nomeado e as marcas do clientelismo político

No sistema do ensino angolano, as escolas públicas do ensino geral têm tradicionalmente o provimento no cargo de diretor efetivado por nomeação pelos governadores provinciais sob proposta do diretor provincial da educação isto é para o I Ciclo. Nas escolas do II Ciclo a “nomeação” é da competência do Ministro da Educação, sob proposta do diretor provincial da educação ouvido o parecer do diretor

nacional para o ensino geral, (R. E. E. S. G. – MED da República de Angola, 2006, secção II, art. 9º e 10º p. 6).

Na análise de Mendonça apud Bezerra (2009) não concorda com a indicação visto que “permite que o clientelismo político tenha na escola um campo fértil para seu crescimento” não permitindo a democratização da escola.

1.1.3. Concurso público: virtudes e fraquezas

A escolha a partir de concurso público encontra defensores dos mais diferentes matizes políticos e ideológicos.

Segundo Paro (2003), a argumentação mais comum em favor desse tipo de escolha tem sempre a ver com a defesa “da moralidade pública na escolha dos funcionários do Estado e com a adoção de critérios técnicos para preenchimento dos cargos”.

As principais virtudes apontadas para o concurso são: a “objetividade, a coibição do clientelismo e possibilidade de aferição do conhecimento técnico do candidato”. A principal insuficiência que se aponta é o fato de que ele “não se presta à aferição da liderança do candidato” diante do pessoal escolar e dos usuários da escola pública.

Embora considere o concurso uma forma adequada para a escolha de pessoas para o serviço público, Marés apud Paro (2003, p. 21), se furta a fazer restrições à aplicação dessa solução à escolha de dirigentes escolares: A tipicidade de concurso público serve, e bem, para uma objetiva escolha de “méritos intelectuais”, porém é “difícil avaliar desempenho e liderança” através dele. Portanto, o concurso público também não é a forma mais apropriada para a escolha de dirigentes de estabelecimentos de ensino.

1.1.4. Eleição: instrumento de democracia

É preciso que se democratizem as instituições que compõem a própria sociedade. Daí a relevância de se considerar a eleição direta, por parte do pessoal escolar, alunos e comunidade, como um dos critérios para a escolha de diretor de

escola pública.

De acordo com Gracindo (2004), aceitando que a escola pública pertence aos cidadãos à participação da comunidade na escolha dos dirigentes escolares se torna relevante. Afinal, o compromisso, a lealdade do dirigente, tende a apontar para a direção de onde deriva seu poder. “A eleição do dirigente escolar por sua comunidade seja diretamente ou por meio do conselho escolar, não é suficiente para garantir gestão democrática, mas seguramente é importante e necessária” (não paginado).

Conclui-se, então, pela eleição como a forma mais adequada de escolha do diretor: A eleição para diretor de escola é “a mais rica das formas que se apresentam para suprir a necessidade administrativa da existência de um comando dentro da escola, e a que mais favorece a discussão da democracia na Escola, porque toda eleição é forma de debate”.

2. Metodologia

2.1. Desenho e tipo de investigação

A metodologia empregada neste trabalho é uma abordagem de cunho quantitativo de natureza descritiva, apoiada em pesquisa de campo. Seus objetivos foram traçados a partir da questão problema e das hipóteses, o que direcionou para um trabalho descritivo.

Gil apud Kauark; Manhães; e Souza, (2010, p. 28) afirmam que as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

2.2. Técnicas e instrumentos de coleta de dados

Por se tratar de uma pesquisa com as características de quantitativa, os instrumentos de coleta de dados devem atender aos requisitos da natureza da pesquisa. Optou-se pelo questionário, porque apresenta quatro vantagens para o pesquisador, de acordo com Marconi e Lakatos (2010): “uso eficiente do tempo; anonimato para o respondente; atinge maior número de pessoas em simultâneo; e perguntas padronizadas” (p. 185).

Foi inserido os questionários (fechados) porque oferecem vantagens na precisão das informações, ajudando-nos a esclarecer o problema da pesquisa e de (múltipla escolha), pois, proporciona uma exploração em profundidade das perguntas.

2.3. Procedimentos para coleta dos dados

Um estudo desse porte demanda que a etapa de coleta e tratamento dos dados seja feita de acordo com criteriosa seleção. Optou-se pelo uso de questionários fechados e de múltipla escolha, aplicados aos dois seguimentos da pesquisa. Os segmentos pesquisados expressam, dessa forma, suas interpretações das categorias e variáveis tomadas como objeto de interpretação da realidade em estudo.

Sampieri, Collado e Lucio (2006), afirmam que, “quer o enfoque quantitativo, quer o qualitativo a coleta de dados é fundamental”. (p. 337).

2.4. Técnica de Análise de Dados

Fez-se a verificação, codificação e tabulação dos dados dos questionários. Para Mattar apud Souza (2011) a verificação consiste em analisar se todas as questões foram respondidas, de forma correta de acordo ao instrutivo para o preenchimento, bem como se os respondentes foram coerentes nas suas respostas.

3. Análise dos Resultados

Apresentam-se e se analisam os resultados obtidos na pesquisa.

Quando ao conhecimento da lei que regulamenta o perfil e a forma de provimento ao cargo de diretor, 11% de (5) professores conhecem a lei, 15% de (7) são indecisos, desconhecem a lei 54% de (25) enquanto que (9) professores que perfaz 20% responderam que desconhecem totalmente a lei.

Para os funcionários administrativos que têm conhecimento da lei é 8% de (1); os indecisos são 17% de (2); Desconhecem a lei corresponde a 58% de (7); enquanto que 17% de (2) desconhecem totalmente a lei.

A forma de provimento ao cargo de diretor escolar mais indicada, os dois segmentos optarem na eleição. Apenas 9% de (4) professores são pela indicação; 19%

de (9) pelo concurso; pela carreira são 11% de (5); a maioria de 61% correspondendo (28) professores indicaram a eleição.

Para os funcionários a indicação foi 8% de (1); o concurso foi respondido por 3 funcionários perfazendo 25%; a maioria 67% para (8) funcionários optaram na eleição.

No que refere se a forma de provimento ao cargo de diretor interfere no processo de democratização da escola, os professores (11) totalizando 24% concordaram totalmente; para 50% de (23) Concordam; (5) perfazendo 11% Indecisos, enquanto que, 15% de (7) responderam que Discordam.

Na visão dos funcionários que Concordam é de 75% de (9); Indeciso para 8% de (1) dos pesquisados e 17% de (2) Discordaram.

Ao referir se a forma de provimento ao cargo de diretor na escola em que atua satisfaz, os professores, (3) de 7% concordam; os indecisos 4% de (2); para 72% de (33) discordam com esta afirmação; e outros discordaram totalmente perfaz 17% de (8).

Na percepção dos funcionários, 17% de (2) responderam que concordam; outros estão indecisos no seu posicionamento 8% de 1; a maioria deste segmento 75% de (9) referiram que discordam.

No que diz respeito a existência do projeto político-pedagógico na escola, 24% para (11) professores disseram que existe; indecisos numa escala 28% dos (13) respondentes; a inexistência do PPP na escola é testada por 48% para (22) deste segmento revelando um número significativo.

Para os funcionários administrativos, se constata com maior destaque a indecisão em 58% para (7); enquanto que 42% de (5) responderam que a escola não tem PPP.

CONCLUSÃO

Há uma relação entre a forma de provimento e o processo de democratização na escola. Portanto é importante referir que a atuação do diretor, suas atribuições e seu vínculo com a escola se alteram, dependendo da forma como ele foi escolhido e conforme o tipo de gestão que é implementado no sistema escolar.

A forma de provimento ao cargo de diretor não satisfaz os princípios da democratização da escola. Nota-se que os sujeitos não participam na escolha do seu diretor. Dizer que a satisfação dos servidores com o seu trabalho está de forma positiva e significativamente relacionada com a sua participação no processo de decisão na escola.

Desconhecem a lei que regulamenta o perfil e a forma de provimento ao cargo de diretor. Há que ter em conta que a participação, será efetiva, se os agentes que compõem a comunidade conhecerem as leis que a regem, as políticas governamentais propostas para a educação.

A forma de provimento mais indicada é a eleição. É o sistema mais democrático e mais viável se compararmos com o sistema utilizado na escola que é a indicação. Escolher um diretor é escolher os rumos e a qualidade dos processos de gestão da escola, é dar voz aos dirigidos.

A participação da comunidade nos diferentes espaços de decisão e responsabilização na escola não é constante. Com isso se pode aferir que existe um distanciamento de harmonização no tratamento das questões relacionados com a instituição,

pois, há pouco contributo da comunidade.

A escola investigada não tem o Projeto Político Pedagógico. A ausência deste importante instrumento de trabalho pode inviabilizar as ações pretendidas pela escola. O P P P é um documento orientador de toda ação a desenvolver pela escola, daí a importância de que seja discutido, elaborado e assumido coletivamente.

A autonomia da escola é decretada pela administração central e provincial. Com este cenário inviabiliza as ações da escola, ficando dependentes das instâncias

que têm o poder de decidir nos aspectos administrativos, financeiros, pedagógicos e jurídicos. As decisões são tomadas sem terem em conta a situação real da escola. Uma escola autônoma tem maior probabilidade de alcançar resultados positivos.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, A. A. (Revista brasileira de Estudos pedagógicos, Brasília, v. 90, n. 224, p. 59-70, jan./abr. 2009) *Modalidade de Provimento do Dirigente Escolar: mais um desafio para as políticas da educação municipal*. Recuperado em 6 de Ago. 2012 da: http://www.oei.es/Pdf2/rbep_224_modalidade_provimento_dirigente_escolar.pdf
- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. ; SANTOS, C. de A. & MORAIS, K. N. de (2003) (Org.) *Gestão Escolar e Democrática: A Perspectiva dos Dirigentes Escolares da Rede Municipal de Ensino de Goiânia – GO*, Goiânia: Alternativas.
- GRACINDO, R. V. (BOLETIM 19 OUTUBRO 2005), *Gestão Democrática da Educação*. Recuperado em 22 de jul. 2011 em [http://tvbrasil.org.br/foto/salto/series/151253gestao democratica.pdf](http://tvbrasil.org.br/foto/salto/series/151253gestao%20democratica.pdf)
- HORA, D. L. da (2007), *Gestão Educacional Democrática*. Campinas, São Paulo: Alínea.
- KAUARK, F. da S.; MANHÃES, F. C. & SOUZA, C. H. M. de (2010) *Metodologia da Pesquisa: um guia prático*. Itabuna: Via Literarum.
- LÜCK, H.; FREITAS, K. S. de; GIRLING, R. & KEITH, Sh. (2011), *A Escola Participativa: O Trabalho do Gestor Escolar*. : 9ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- MARTINS, G. de O. (2009), *A Autonomia das Escolas: Enquadramento e Conceito*. In: Moreira, A. et al. (Autores), *A autonomia das escolas*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA: Direção Nacional para o Ensino Geral (2006), *Regulamento das Escolas do I e II Ciclos do Ensino Secundário Geral*. Luanda: MED.

NEVES, C. M. de C. (2010), *Autonomia da Escola Pública: um enfoque operacional*. In: Veiga, Il. P. A.(Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 28ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus.

PARO, V. H. (2003), *Eleição de Diretores: A escola Pública Experimenta a Democracia*. 2ª ed. São Paulo: Xamã.

SAMPIERI, R. H., COLLADO, C. F. & LUCIO, P. B. (2006), *Metodologia de la Investigación*. 4ª ed. México: McGraw-Hill Interamericana.

SOUZA, V. B. de (2011), *A Intensidade do Bullying e sua Relação com o Gênero do aluno na Escola de Ensino Fundamental e Médio Mário Barbosa, em Belém do Pará*. UAA–Tesis apresentada y defendida para la obtención del título de Master en Ciencias de la Educación. Asunción: Paraguay.